

DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS E A CENTRALIDADE URBANORREGIONAL DE MOSSORÓ-RN

Moacir Vieira da Silva
Secretaria de Estado de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEEC-RN
moacirvs31@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo trata-se de um estudo que objetiva analisar e explicar o processo de conformação e reafirmação histórica e espacial da centralidade urbanorregional da cidade de Mossoró, RN; adotou-se como procedimento metodológico, a leitura, a discussão e a análise de textos históricos e geográficos que explicam e contextualizam o fenômeno da centralidade regional nesse espaço urbano. Esse trabalho está estruturado em três partes que versam sobre as diferentes etapas de configuração espaço-temporal de sua centralidade, a saber: Mossoró como Empório Comercial; como espaço (urbano) Agroindustrial; e como uma cidade economicamente “terciária”. Constatou-se que essa urbe tem se configurado, do ponto de vista histórico, espacial e funcional, como uma centralidade regional que atrai continuamente diversos fluxos para o seu núcleo urbano em função de suas atividades econômicas.

Palavras-chave: Dinâmicas espaço-temporais. Centralidade urbanorregional. Mossoró-RN.

GT – 08: Geografia Histórica Urbana.

1 INTRODUÇÃO

Quando os grupos sociais primitivos começaram a desenvolver e a utilizar os primeiros instrumentos técnicos, eles “imprimiram” traços e elementos antrópicos no meio, transformaram o que era antes (ambiente) natural em (espaço) técnico, ou simplesmente, passaram a produzir, nas palavras de Santos (2006), o espaço geográfico.

Essas mudanças técnicas tornaram-se intensas e constantes; a ciência e a informação, por exemplo, foram incorporadas a esse cenário de metamorfoses e o meio que era apenas natural, agora é técnico, científico e informacional; é um espaço produto, “[...] fruto do processo [modo] de produção que se estabelece no seio da sociedade [e] que tem por objetivo, a reprodução da existência humana [...]” (CARLOS, 1982, p. 105).

Nesse sentido, Moraes e Costa (1987) enfatizam que a produção do espaço geográfico se realiza sobre formas preexistentes, sejam elas naturais ou humanas; ocorre de forma desigual, de modo que a acumulação desses trabalhos geram espaços únicos e díspares. Eles ainda frisam que o espaço acumula trabalhos passados, materializados por meio de formas e estruturas; ele guarda diversos ciclos de criação, reposição e transformação; contém a sobreposição dos resultados dos processos socioeconômicos e naturais e econômicos que coexistem na contemporaneidade (ibid).

Além dessa justaposição de trabalhos no espaço com tempos diferentes, Santos (2012b, p. 257) aponta que também existe a sobreposição “[...] de influência originárias de múltiplos pontos ou múltiplos espaços [...]”; e explica também que “[...] todas essas superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial” (ibid). Tais valores se aglutinam no espaço e condicionam os seus processos futuros; promovem, a partir de determinadas variáveis, uma hierarquização espacial (MORAES; COSTA, 1987; SANTOS, 2012b).

Santos (2012b) destaca que a hierarquização espacial está diretamente relacionada a graus de inovações do espaço, aos níveis de modernização e especialização; essa especialização dos lugares é responsável pela polarização de determinadas regiões; e o papel de evidência (ou não) de uma área dentro de um arranjo espacial também está condicionado ao seu percurso histórico, à combinação dos processos que conformaram tal situação (posição) espacial.

Refletindo ainda sobre a acumulação desigual de tempos no espaço e a hierarquização espacial, Santos (2012b, p. 257) explica:

Como em cada sistema há uma combinação de variáveis em escalas diferentes, mas também de ‘idades’ diferentes, cada sistema transmite elementos cuja datação é diferente. O próprio subespaço receptor é seletivo: nem todas as variáveis ‘modernas’ são acolhidas e as variáveis acolhidas não pertencem todas à mesma geração.

Nesse sentido, assinala-se que o comportamento de um novo sistema está condicionado aos processos anteriores e a noção de espaço é inseparável da ideia de tempo, uma vez que, “[...] a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 2012a, p. 36).

Tomando por base tais apontamentos, o presente trabalho ¹ tem como objetivo principal explicar e analisar o processo de conformação e reafirmação histórica e espacial da centralidade urbanorregional da cidade de Mossoró. Esse centro urbano está localizado na região Nordeste do Brasil, no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN), pertencendo à mesorregião do Oeste Potiguar, e microrregião homônima; configura-se como a segunda área citadina mais importante economicamente do RN, apresentando também a maior extensão territorial do estado, com uma área de 2.099,333 quilômetros quadrados (Km²), o que equivale aproximadamente a 3,97% da superfície do total do estado do Rio Grande do Norte.

A base econômica da cidade de Mossoró está ancorada em quatro atividades principais, a saber: a salinicultura, a exploração do petróleo, o desenvolvimento da fruticultura irrigada e as atividades terciárias (comércio e a prestação de serviços). O desenvolvimento dessas atividades tem permitido que essa urbe se mantenha, ao longo do tempo, como um espaço de destaque no território norte-rio-grandense, apresentando, historicamente, o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, ante o da capital, a cidade de Natal.

Conforme o estudo das “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC) ², desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007/2008, Mossoró é um centro urbano de destaque no território potiguar no que se refere às atividades terciárias.

¹ O artigo ora proposto faz parte do trabalho dissertativo intitulado “O Terciário e a Centralidade Urbanorregional de Mossoró-RN”, cujo objetivo principal era “discutir o processo de reafirmação da centralidade urbanorregional de Mossoró a partir da década de 1970, tendo como referência a atividade comercial e a prestação de serviços”, desenvolvido entre os anos de 2015 e 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sobre a orientação da Professora Doutora **Rita de Cássia da Conceição Gomes**.

² O estudo do Regic é a quarta edição de uma série de pesquisas realizadas pelo IBGE sobre a rede urbana no Brasil (1972, 1987, 1993, 2007). Esse estudo estabeleceu a classificação hierárquica dos centros urbanos no Brasil, delimitou a área de atuação e polarização dos mesmos, e privilegiou a *função de gestão do território*, entendendo (*continuação da nota 02*) esse território como “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa

Esse estudo definiu, com base na quantidade total de classes de atividades comerciais e de serviços, o nível de centralidade dos municípios brasileiros, partindo da ideia de que, quanto maior o número de classes presentes em uma urbe, maior a sua diversidade e/ou possibilidade de oferta, conseqüentemente, maior a sua centralidade; definiu também as principais áreas urbanas do território brasileiro, e as qualificou conforme com a intensidade e a variedade das funções urbanas, e a quantidade de fluxos que chegam e saem desses espaços, delimitando a região de influência das cidades de acordo com seus níveis (ordem decrescente) de centralidade, a saber – Metrôpoles, subdividido em grande metrôpole, metrôpole nacional e metrôpole; capital regional do tipo A, B e C; centro sub-regional do tipo A e B; centro de zona A e B; e por fim, centro local (REGIC, 2008).

Dentro da hierarquia urbana estabelecida pelo Regic (2008), o estado do Rio Grande do Norte possuía uma Capital regional do tipo A (cidade de Natal); uma Capital regional do tipo C; dois Subcentros regionais A e dois do tipo B; dois Centros de zona do tipo A e onze Centros de zona do tipo B. Os demais municípios (148) foram classificados como Centros Locais (REGIC, 2008). Neste cenário espacial-hierárquico da rede urbana potiguar, Mossoró se apresentou como uma Capital Regional do tipo C, exercendo influência sobre 39 municípios do estado (mapa 01), e sendo influenciada diretamente pelas cidades de Natal; e por Recife e Fortaleza, classificadas como metrôpoles regionais.

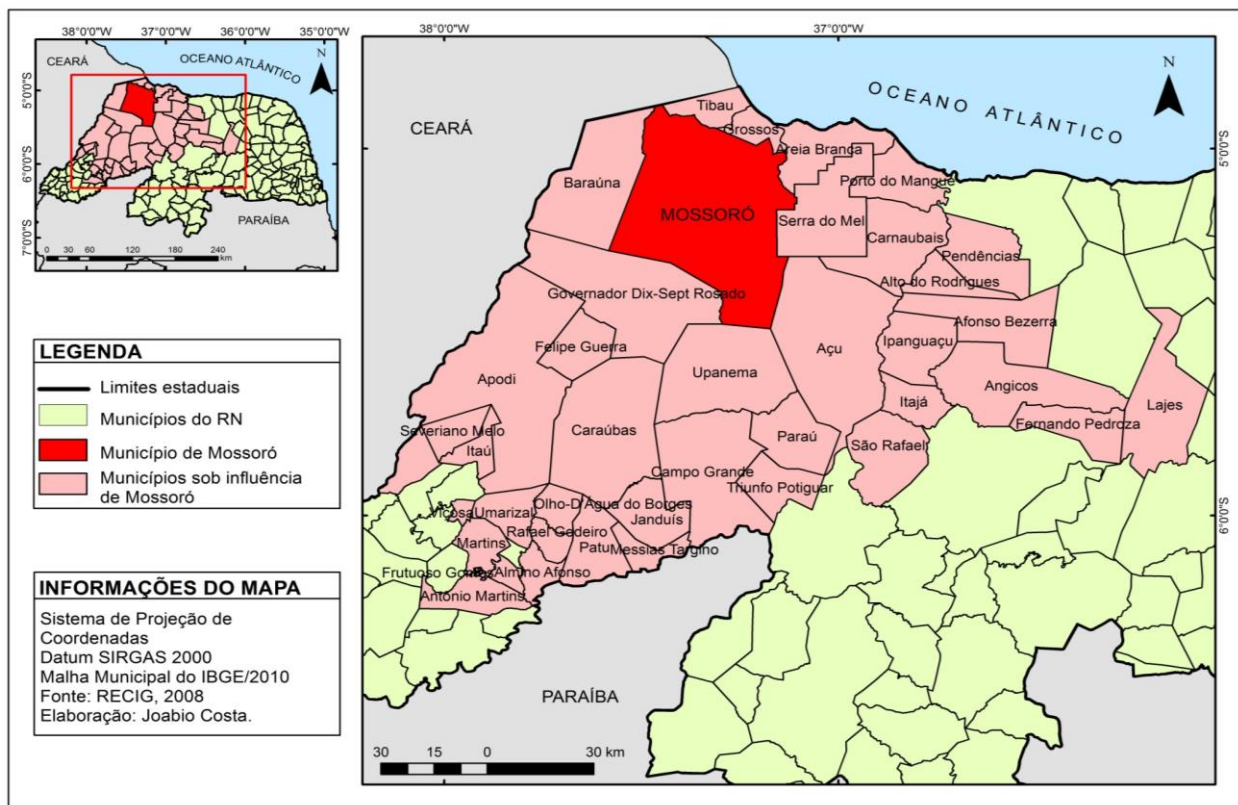
Questionamentos se desvelam frente a essas informações: O que explica essa atuação ou influência espaço-urbanorregional de Mossoró? Ou, quais elementos permitem a configuração desse espaço regional a partir da urbe mossoroense? Em conformidade com os dados divulgados na pesquisa do Regic (2008), Mossoró detinha 67 classes de comércio de um total de 72 classes existentes (mais de 93% das tipologias totais). Esse panorama classificou a atividade comercial mossoroense com um nível de centralidade 02, considerada “muito elevada” – em uma escala que varia de 06, nível de centralidade “muito baixo”, a 01, nível de centralidade “máxima”.

Nesse sentido, salienta-se que essa diversidade comercial coloca a cidade de Mossoró em um patamar de destaque no cenário regional (quando comparada aos centros urbanos vizinhos ou circunvizinhos). Por exemplo, dos 39 municípios que integram a sua área de influência, mais de 36 (92% do total) deles apresentaram menos da metade das tipologias de comércios existentes, e

a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas" (CORREA, 1995, p. 83 apud REGIC, 2008, p.131), utilizando-a como elemento definidor dessa hierarquia urbana.

apenas uma cidade dessa região, o município de Assú, superou essa metade, com 40 classes de comércio (REGIC, 2008).

Mapa 01: Região de Influência da cidade de Mossoró



Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC, 2008).

No que se refere às atividades de serviço, das 152 classes totais existentes, Mossoró possuía 104, o que correspondia a aproximadamente 66% das tipologias totais. Essa diversidade qualificou os serviços da urbe mossoroense com um nível de centralidade 04, considerado “nível intermediário”, em uma escala que variava de 01 (nível máximo) a 06 (nível muito fraco).

De forma semelhante às atividades comerciais, a diversidade e a densidade de serviços presentes na cidade de Mossoró também a faz ocupar um patamar de evidência em relação aos demais municípios que compõem a sua região de influência. De acordo com os dados do Regic (2008), dos 39 municípios que formam essa área regional, 33 deles apresentavam menos de 20 classes de serviços; 05 apresentavam entre 21 e 60 classes; e apenas 01 município (Assú) possuía 62 tipologias de serviços.

Pensando essa relação cidade, região e atividade terciárias, em sua tese sobre os lugares centrais o Sul da Alemanha, Christaller (1981) assinalou que a oferta de produtos e de serviços está diretamente relacionada aos lugares centrais; a centralidade de um lugar está interligada à importância do mesmo em relação a sua região circundante ou ao grau que esse espaço exerce funções centrais; a importância de um lugar (de uma cidade, por exemplo) é resultado de uma atuação conjunta econômica dos seus habitantes.

Posto isso, a diversidade das atividades terciárias e a disponibilidade de bens e serviços em Mossoró são variáveis que permitem compreender a conformação desse espaço como uma centralidade urbanorregional, como um “lugar de importância” na região. Porém, ressalta-se que o entendimento dessa configuração espacial ultrapassa o cenário apresentado e vai de encontro aos processos históricos e socioespaciais que vem envolvendo essa cidade ao longo dos tempos, sendo necessário, portanto, entender os processos, os movimentos dotados de historicidade, de ações diacrônicas e contrariedades, o modo como essa realidade foi e é arquitetada, ou seja, os passos que foram e que ainda são trilhados para se chegar e manter a conjuntura atual – objetivo principal do artigo ora apresentado.

A construção metodológica desse trabalho foi realizada a partir da leitura e da análise de textos históricos e geográficos que relatam ou explicitam, direta ou indiretamente, o fenômeno da centralidade urbanorregional de Mossoró, além de documentos oficiais que versam sobre a hierarquia e as regiões das cidades – estudo realizado pelo REGIC/IBGE (2008). Cabe enfatizar também que esse artigo está estruturado a partir de três eixos centrais: primeiro, uma discussão sobre a consolidação de Mossoró como Empório Comercial e as primeiras manifestações de sua centralidade; em seguida, sobre o desenvolvimento das agroindústrias tradicionais e a influência dessa atividade no espaço local e regional; e por fim, sobre o processo de (re) afirmação dessa centralidade urbanorregional a partir da década de 1970, e por meio das atividades terciárias presentes nesse espaço urbano.

2 PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DA CENTRALIDADE DE MOSSORÓ

O processo de ocupação e produção do espaço norte-rio-grandense ocorreu inicialmente a partir do desenvolvimento de duas atividades econômicas principais: o cultivo de cana-de-açúcar e a pecuária (ANDRADE, 1981). No início do século XVIII, a cultura canavieira, proveniente originalmente das terras pernambucanas, adentrou no território potiguar ocupando as margens

dos rios da costa leste, tais como o Trairi, o Potengi e o Ceará-Mirim. Essa atividade econômica propiciou o surgimento de alguns espaços urbanos na Capitania do Rio Grande, como as cidades Ceará-Mirim e Canguaretama (ANDRADE, 1981; FELIPE, 1988).

Ainda no século XVIII e em paralelo a atividade canavieira, ocorreu à incorporação da pecuária no interior do território potiguar. A princípio, essa atividade era desenvolvida nas imediações das grandes culturas de cana-de-açúcar, visto que ela era uma “peça-chave” para a produção de açúcar, pois se obtinha da mesma, a força de tração dos animais, essencial à produção nos engenhos, o couro e a carne (BECKER; EGLER, 1993). Entretanto, em virtude do crescimento e expansão da atividade canavieira, a pecuária foi “empurrada” para as terras interioranas, isso porque o gado podia ser transportado até o litoral e para as feiras regionais.

Uma fazenda, uma capela, um rio e um pequeno amontoado de casas. Esses elementos espaciais serviram de “alicerce” para o surgimento de muitas cidades do interior nordestino. A cidade de Mossoró, por exemplo, não fugiu a esta realidade, e “[...] como quase todas as cidades do interior nordestino, [...] começou a organizar seu espaço através das atividades agropastoris [...]” (FELIPE, 1980, p. 07) e dos elementos citados anteriormente.

Em 1701, Dom Fernando Mascarenhas (Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco) doava terras sertanejas localizadas às margens do rio Mossoró e do rio Paneminha (Capitania do Rio Grande) para o Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife, cuja missão era evangelizar os indígenas locais. Com a “pacificação” desses nativos, a ribeira do rio Mossoró começou a ser ocupada por fazendas de gado. Dentre esses espaços rurais, estava a Fazenda de Santa Luzia, de posse do Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, português que tinha fixado moradia na ribeira de Mossoró no ano de 1750.

Em 1772, ele e sua esposa, Rosa Fernandes, solicitaram a Provisão das Dignidades do Cabido de Olinda/PE, instituição religiosa daquela época, a concessão para construir uma capela em sua fazenda, permissão concedida em 05 de agosto de 1772. A construção da Capela de Santa Luzia é considerada como o marco inicial para o surgimento da cidade de Mossoró, visto que, é a partir da construção desse espaço religioso que se funda a Povoação ou o Arraial de Santa Luzia de Mossoró (PINHEIRO, 2007).

Em 1842, o Arraial de Santa Luzia de Mossoró foi elevado à categoria de “Freguesia”, desmembrando-se da Freguesia do Apodi³; essa mudança representava, aparentemente, certa autonomia religiosa e valorização social da Terra. Contudo, Pinheiro (2007) assinala que, mesmo com esse status, Mossoró ainda era pobre, com um comércio quase nulo e agricultura incipiente; e reforça que a maior riqueza desse lugar foi, até o ano de 1850, a indústria pastoril desenvolvida por alguns fazendeiros daquele lugar.

Pós década de 1850, com a queda das atividades pastoris, surgem outras potencialidades econômicas na Freguesia de Mossoró, tais como, a exploração da cera de carnaúba, abundante nas margens do rio Mossoró, e do sal marinho. A proximidade da Freguesia de Mossoró ao Porto Ilha, distante sete léguas desse centro, propiciou o escoamento dessas mercadorias e a instalação de alguns armazéns nessa localidade, viabilizando o que viria a ser uma grande praça comercial a nível regional (PINHEIRO, 2007).

Em 1852, a Freguesia de Mossoró foi elevada a categoria de Vila. No Brasil, esse status representava o primeiro “degrau” para a vida urbana (ROCHA, 2009), era sinônimo de avanços urbanos e econômicos. Porém, a vila de Mossoró tinha poucas feições urbanas e uma economia incipiente, características que divergiam o posto ocupado⁴.

De sua origem até meados do século XIX, a ocupação e o desenvolvimento urbano de Mossoró ocorreram a passos lentos (FELIPE, 1980; 1982; 1988). Essa realidade socioespacial só foi alterada a partir do ano 1857, quando a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira começou, a partir da subvenção concedida pelo Governo Provincial, a fazer escala regular no Porto Franco, também chamado de “porto de Mossoró” (FELIPE, 1980; 1982). A permissão concedida pelo Governo Provincial a Companhia Pernambucana para aportar seus navios em terras mossoroense incentivou e estimulou o desenvolvimento urbano e econômico de Mossoró, atraindo comerciantes, empresas e capitais externos, incrementando e dinamizando o comércio local (FELIPE, 1980; 1982; ROCHA, 2009).

Essa nova fase urbana e econômica também foi impulsionada a partir de acontecimentos que ocorreram fora dos limites territoriais do Rio Grande do Norte, a exemplo do assoreamento do Porto Fluvial de Aracati. Com a inatividade desse espaço portuário, localizado as margens do

³ Resolução nº 87 de 27 de Outubro de 1842. A população da povoação de Santa Luzia enviou uma petição a Assembléia Legislativa Provincial, pedindo que a Capela de Santa Luzia fosse elevada a Matriz, como o nome de Freguesia de Santa Luzia do Mossoró.

⁴ Pinheiro (2007) reforça que Mossoró apresentava tais aspectos em virtude seu processo de emancipação, que teve um caráter mais político, caracterizado pela disputa entre o Partido Liberal e Conservador, do que econômico.

rio Jaguaribe (em Aracati, no Ceará), e a inserção de Mossoró nas rotas diárias da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira, vários comerciantes da região “[...] que utilizavam esse porto para o escoamento de suas mercadorias se viram impedidos de exercer suas atividades [...]” (ROCHA, 2009, p. 30), transferindo suas firmas para a Mossoró. De acordo com Felipe (1982), a partir desse ano, a vila de Mossoró se revestiu com uma dinamicidade até então desconhecida; o ciclo do gado “saía de cena” e dava lugar ao comerciante comprador e exportador, fazendo surgir assim, uma sociedade mercantil e comercial.

As atividades comerciais se constituíram como elemento basilar dessa vila; passaram a refletir diretamente na sua organização socioeconômica e espacial, e a estruturaram e a projetaram como um espaço de destaque, como uma grande praça comercial, como um lugar de troca, de comercialização e de abastecimento entre o sertão e o litoral, como um **Empório Comercial** – lugar caracterizado por uma intensa variedade de mercadorias e por grandes fluxos comerciais (FELIPE, 1982, 1988).

A organização da Vila de Mossoró passava então a ser comandada pelos comerciantes (pela atividade comercial) que estruturavam e organizavam esse espaço urbano de acordo com seus interesses. Cascudo (2001) cita algumas leis provinciais daquela época que foram criadas com o objetivo de favorecer a dinâmica comercial nesse espaço, destacando-se entre elas: a Lei 149, de Abril de 1859, que autorizava abertura de estradas ligando a Vila de Mossoró a Aracati; a Lei 590, de 23 de Dezembro de 1865, que garantia a redução de impostos para negociantes estabelecidos no Porto Jurema no rio Mossoró; e a Lei 600, de 11 de junho de 1867, que isentava os comerciantes fixados em Mossoró do imposto de 5% em cima da exportação estrangeira, durante os três primeiros anos de atividade.

Entre as décadas de 1860 e 1870, o ritmo de crescimento de Mossoró se intensifica; há uma expansão de suas áreas urbanas e comerciais, com a construção de várias casas, armazéns e estabelecimentos comerciais. Esse período é denominado por Cascudo (2001) como “Década do Expansionismo”. Nesse contexto, em 1870, a Vila de Mossoró é elevada a categoria de cidade; os seus limites territoriais permaneciam o mesmo de sua freguesia, porém, sua população e seus traçados urbanos expandiam-se significativamente (FELIPE, 1980).

O destaque assumido pela cidade de Mossoró, enquanto centro comercial, “[...] se refletia já naquele período na influência regional que a mesma exercia, cujo [alcance] espacial [...]” se dava além do território potiguar, abrangendo espaços interestaduais (OLIVEIRA, 2014, p. 47). O comércio realizado em Mossoró naquele período atingia e influenciava espaços urbanos do oeste

potiguar, áreas do médio e baixo Jaguaribe no estado do Ceará e expressiva faixa no noroeste do estado da Paraíba, entre as bacias do rio Peixe e rio Piancó (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009; OLIVEIRA, 2012; 2014). Nesse período, Mossoró recebia algodão, couro, queijo, manteiga dos sertões paraibanos; chegavam farinha, feijão, milho e arroz dos estados de Pernambuco e do Ceará. Em contrapartida, essa cidade também exportava sal, chapéus de palha carnaúba, velas de cera, esteiras e cereais. Destaca-se também que da cidade de Recife, Mossoró recebia produtos importados da Europa, tais como bebidas, fumo, tecidos; e exportava algodão, couro, queijo, cera de carnaúba e borracha de maniçoba (PINHEIRO, 2007).

A ascensão e a consolidação de Mossoró como Empório Comercial possibilitou que esse espaço se conformasse como uma centralidade urbanorregional, um lugar de atração e dispersão de fluxos. Nesse sentido, Felipe (1980, 1982) assinala que existem três fatos-eventos históricos (geográficos) que explicam a ocorrência desse processo: a chegada da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira à Mossoró (apresentado anteriormente); a localização de Mossoró entre o sertão e o litoral; e a seca ocorrida no ano de 1877.

No que se refere ao segundo marco, a localização de Mossoró, enfatiza-se que esse centro urbano aparecia naquele momento histórico como um lugar privilegiado, uma área de transição entre a economia do litoral e do sertão, recebendo produtos de outras praças comerciais do Brasil e do exterior, bem como, embarcando pelo seu porto, a produção regional (FELIPE, 1980; 1982).

Em relação ao terceiro marco, durante a seca de 1877, Mossoró já se encontrava como um espaço de destaque na região; e se configurava como um lugar que concentrava “alternativas de sobrevivência” diante dessa problemática climática. Por apresentar tais aspectos, o Governo Geral da época enviou recursos para essa área citadina com a finalidade de amenizar as mazelas decorrentes dessa estiagem, atraindo, conseqüentemente, um grande volume de pessoas (flagelos da seca) para esse espaço urbano (FELIPE, 1980).

Reforça-se que essa população se configurava como mão-de-obra ou força de trabalho barata para os comerciantes e salineiros locais; se constituía como uma “força motriz” para o crescimento comercial de Mossoró, isso porque, muitos estabelecimentos comerciais presentes nessa urbe negociavam com o governo, a preços muito elevados, a venda de gêneros alimentícios para essa população afligida pela seca; além disso, contratava-se esse exército populacional para trabalhar de 10 a 12 horas por dia para ganhar remunerações paupérrimas (FELIPE, 1980).

É importante frisar a participação dessa população nas transformações urbanas ocorridas em Mossoró, a exemplo da retificação do rio Mossoró, e das obras municipais relacionadas ao

tráfego de produtos e mercadorias, tais como, a construção de estradas, açudes e portos (FELIPE, 1980; PINHEIRO, 2007).

Entre os anos de 1887 e 1889, ocorreu outra seca no Nordeste brasileiro. Diferentemente do que tinha acontecido há 10 anos, essa estiagem enfraqueceu a atividade comercial comércio da cidade de Mossoró, e especialmente o de exportação, pois faltavam produtos como o algodão, o couro e peles. Como consequência desse problema, diversas empresas estrangeiras fecharam suas portas e foram em busca de outras praças comerciais na região. Essa estiagem só beneficiou os comerciantes locais fornecedores de alimentos ao Governo (para a população flagelada) e os salineiros, que passaram a receber investimentos antes destinados somente ao comércio.

Finalizado esse período de seca, a atividade comercial de Mossoró se recompõe com o auxílio da salinicultura, mantendo-se em evolução e suprindo os pedidos e as necessidades do Sertão inteiro. Entretanto, a sua estrutura urbana era insuficiente para sustentar e viabilizar a sua função de Empório, não apresentando, por exemplo, boas condições de tráfego (ROCHA, 2009). Mossoró necessitava, apesar de dispor dos transportes marítimos (fluviais), construir ferrovias e estradas pavimentadas para facilitar o escoamento de sua produção e manter-se em consonância com o capitalismo mercantil da época (PINHEIRO, 2007).

O sonho da estrada de ferro em Mossoró era algo pretérito, preexistindo desde a sua emancipação política no ano de 1870. Entretanto, esse “sonho” só tornou-se realidade no dia 19 de março de 1915, quando foi inaugurada a primeira estrada ferroviária da cidade de Mossoró – Companhia de Estrada de Ferro de Mossoró S/A - interligando o Porto de Areia Branca a urbe mossoroense. Apesar da inauguração dessa estrada de ferro, o espaço de influência dessa cidade, por meio de sua malha ferroviária, era significativamente reduzido quando comparado a outros Empórios Comerciais daquela época, como por exemplo, Campina Grande. Esse atraso refletiu negativamente na dinâmica econômica de Mossoró, bem como no estado potiguar (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009).

Felipe (1988) relata que, com a desvalorização dos transportes marítimos e fluviais e a ascensão do transporte ferroviário e rodoviário, ainda tardio em Mossoró, essa cidade entrou em um período de crise, caracterizado pelo declínio do comércio, e por consequência, pela perda da posição de Empório Comercial – “[...] perda pela saída de capitais e empresas de Mossoró, perda pelo retardamento da chegada da estrada de ferro, mas, sobretudo pela não entrada de Mossoró na nova divisão social do trabalho” (FELIPE, 1988, p. 33).

Sobre imperativo de tais fatos e acontecimentos, o comércio de Mossoró se enfraqueceu, perdeu força, vitalidade, suas fortunas desapareceram, subdividiram-se; essa cidade voltava a ter como base de sua economia, as atividades agrícolas e extrativistas. Conseqüentemente, perdia assim a sua honrosa posição comercial, e paralelamente, diminuía sua influência sobre a região, ou seja, a sua centralidade urbanorregional (ROCHA, 2009).

Até a década de 1920, momento em que as atividades comerciais de Mossoró entraram em decadência, a economia do Rio Grande do Norte era predominantemente agropastoril, com algumas particularidades espaciais e econômicas, tais como, a exploração do sal (litoral norte), a atividade algodoeira associada à cultura alimentos (sertão), a cultura do agave e o extrativismo da carnaúba e da oiticica (vales dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró). Nesse mesmo período, o centro-sul do Brasil, especificadamente o estado de São Paulo, começava a se industrializar em virtude do lucro obtido com a produção/ exportação de café. Esse processo, além de necessitar de maquinários, demandava também a aquisição de matérias-primas, de produtos que serviriam de base para a fabricação das mercadorias a serem industrializadas.

A crise comercial de Mossoró e as novas demandas econômicas e produtivas do território brasileiro fizeram como que os comerciantes locais, utilizando as riquezas geradas e acumuladas durante o estágio anterior de sua economia, comessem a reorganizar o seu espaço social e econômico. Em outras palavras, a urbe mossoroense conseguiu encontrar economias sucedâneas que permitiram a mesma continuar a frente das demais cidades da região Oeste do Estado do RN (ROCHA, 2009). Essa cidade deixava de ser um centro de importação e exportação no contexto regional e passava a ter como base de sustentação econômica, o beneficiamento e a exportação dos seus produtos agrários e extrativistas para o Centro-Sul do país; nascia assim, uma nova fase na economia urbana de Mossoró.

3 AS AGROINDÚSTRIAS E A INFLUÊNCIA REGIONAL DE MOSSORÓ

Com a finalidade de reestruturar a sua economia e de se incorporar a esse “novo perfil industrial” do Brasil, citado anteriormente, a cidade de Mossoró começou a se “industrializar” com a inserção das **agroindústrias** em seu ambiente urbano. As agroindústrias eram constituídas principalmente por usinas de beneficiamento do algodão, da cera de carnaúba, de óleo de oiticica e do agave, além das indústrias salineiras e do processamento do gesso e da fibra de algodão; espaços que beneficiavam os produtos agrícolas e extrativistas encontrados e cultivados em solos

mossoroenses, transformando-os em produtos (semi) processados, aptos a serem exportados e utilizados nos espaços industriais do Centro-Sul do Brasil (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009; OLIVEIRA, 2014).

A configuração dessa nova fase econômica de Mossoró, marcada por essa “feição” agroindustrial, fez como que esse espaço assumisse dentro de uma nova divisão interregional do trabalho, a função de centro produtor e exportador de matérias-primas. Essas mudanças deram um “ar” de espaço industrial e novas feições urbanas a Mossoró (FELIPE, 1982); fez com que esse centro passasse a exercer atração sobre a mão-de-obra das populações vizinhas (PINHEIRO, 2007); e possibilitou, a partir da combinação dos seus precedentes socioeconômicos (históricos), a reafirmação dessa cidade como centralidade regional. Reforçando tais ideias, Rocha (2009) enfatiza que Mossoró “se fortalecia consideravelmente em detrimento do campo, pois acumulava as funções de centro repassador da produção regional e sede da indústria” (p. 46).

De acordo com Felipe (1982), a fase agroindustrial de Mossoró se estende do final da década de 1920 e vai até início dos anos 1970. O referido autor ainda enfatiza que esse o período agroindustrial de Mossoro pode ser dividido em dois momentos distintos: um que “[...] abrange o período de 1920 a 1954, quando a cidade ganha cerca de 30 unidades industriais [...] outra que abrange o período de 1955 a 1968, quando são instaladas 132 unidades produtivas nos mais diversos ramos industriais” (FELIPE, 1982, p. 67).

Na primeira fase das agroindústrias mossoroenses, predominavam indústrias ligadas ao aproveitamento das matérias-primas regionais, tais como, o sal, o agave, o algodão, a cera de carnaúba e a oiticica. Nessa fase, os espaços industriais do RN eram fornecedores de matéria-prima para as indústrias do Brasil. É importante reforçar que nesse período, o parque industrial de Mossoró era o maior do território potiguar (PINHEIRO, 2007).

Na segunda fase, sobre o imperativo dos ideais intervencionistas, no qual o planejamento estatal assume papel de destaque no desenvolvimento econômico do Brasil, as agroindústrias mossoroense se especializaram, objetivando com isso, a prestação de serviços dentro do próprio espaço urbano e regional. Nesse contexto, surgiram cerâmicas, fábricas de mosaicos, oficinas mecânicas, metalúrgicas, de condicionamento de câmaras de ar e pneus, marcenarias, oficinas de vestuário, calçados, gráficas, fábricas de sabão, velas, bebidas e de produtos alimentares, tais como café, produtos de padaria, sorvetes, gelo, macarrão, sal, vinagre e tempero (PINHEIRO, 2007). Esse crescimento agroindustrial foi um reflexo da implantação estratégica de políticas intervencionistas preconizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –

SUDENE, cujo objetivo era promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil (ROCHA, 2009), e “estimular a industrialização como forma de superar as dificuldades econômicas dessa região” (SANTOS, 2009, p. 99).

Nesse sentido, é válido mencionar que a expansão do sistema produtivo agroindustrial de Mossoró e a sua inserção na divisão territorial e interregional do trabalho nacional, fizeram com que essa cidade mantivesse a sua condição de centro regional; esse perfil permitiu que Mossoró se integrasse em um novo sistema de produção e circulação regionais, ampliando seus fluxos e sua região ou espaço de influência (OLIVEIRA, 2014).

Além disso, é importante citar que o espaço de abrangência dos produtos agroindustriais de Mossoró não se restringia somente ao território nacional, a exemplo das peles, dos couros e da cera de carnaúba que eram exportadas para o exterior; os estados da região Centro-Sul do Brasil eram os principais receptores (compradores) desses produtos, devido o perfil industrial da região, especialmente de São Paulo; e que o sal produzido em Mossoró atingia todo o território nacional (era utilizado nas indústrias químicas do centro-sul do país naquele momento).

Essa nova dinâmica econômica impôs uma reorganização do espaço urbano de Mossoró (FELIPE, 1980; 1982). A estrada de ferro, por exemplo, foi fundamental no delineamento urbano dessa cidade, isso porque, ela “atraiu” as agroindústrias para próximo de si a fim de facilitar o escoamento da produção agroindustrial, assumindo “[...] uma conotação de diretriz, para a qual a morfologia urbana rendeu uma obediência e muitas conversões” (OLIVEIRA, 2014, p. 53).

Essa dinâmica agroindustrial impôs outras mudanças urbanas a Mossoró, tais como: a pavimentação das ruas, a ampliação e distribuição da energia elétrica, a construção de praças públicas e canalização de cursos d’água; a construção de barragens submersíveis no rio Mossoró, com a finalidade de garantir o abastecimento da população (que crescia em ritmo acelerado); o surgimento de bairros operários (ocupados principalmente pelos trabalhadores das salinas, pelos operários das algodozeiras, das fábricas de óleo, de sabão, de beneficiamento da cera de carnaúba, cordoaria, fiação e tecelagem, pelos trabalhadores das moageiras e ensacadores do sal, pelos ferroviários); revalorização da atividade comercial nessa cidade e implantação de alguns serviços e equipamentos citadinos, tais como estabelecimentos de ensino, agências bancárias, igrejas, clubes, entre outros (FELIPE, 1982; PINHEIRO, 2007; OLIVEIRA, 2014).

Reforça-se também que, as agroindústrias revitalizaram o comércio de Mossoró “[...] com forças suficientes para manter, juntamente com os serviços de saúde, educação, transporte e crédito bancário, a força regionalizadora [...]” (FELIPE, 1982, p. 80) dessa cidade. Além disso,

essa realidade comercial começava a configurar “[...] o papel que essa atividade manteria ao longo dos anos, qual seja, a de tornar o comércio de Mossoró como ‘complementar’ ao comércio de Fortaleza e Natal em termos regionais [...]” (ibid). O que aconteceu em Mossoró durante a sua fase agroindustrial foi uma reorganização do seu espaço urbano, que a preparou “para participar de uma nova divisão territorial do trabalho; daí a construção de novas formas e a incorporação de outros territórios, que cumpriram funções diferentes das atuais” (ROCHA, 2009, p. 53).

Entre 1960 e 1970, o crescimento econômico, urbano e social de Mossoró e o seu papel de evidência no espaço nacional e regional começava a ser rompido – as agroindústrias mossoroenses entravam em crise. A “desestabilidade” desse sistema produtivo foi impulsionada pela combinação de fatores internos e externos, sociais, naturais e econômicos, dentre eles (FELIPE, 1980; 1982; 1988): a dificuldade de aquisição de matéria-prima para as agroindústrias nos anos de estiagem/seca, reduzindo significativamente sua capacidade produtiva e industrial; concorrência e substituição dos produtos agroindustriais fabricados em Mossoró por mercadorias tecnicamente mais industrializadas e estrangeiras, causando certa instabilidade e desequilíbrio de mercado, ou seja, a atividade agroindustrial de Mossoró; e a Política de Crédito imposta no Brasil depois de 1964 – que criou dificuldades de acesso ao crédito, atingindo inicialmente os pequenos e médios estabelecimentos industriais, com bases financeiras mais fracas; e criando também uma seleção das empresas mais fortes economicamente.

Como resultado dessa política estatal, inúmeras empresas agroindústrias, a exemplo do Parque Salineiro mossoroense, foram “coagidas” a fecharem ou venderem suas unidades fabris para empresas de capital estrangeiro. Assim, dava-se início ao processo de internacionalização e mecanização da atividade salineira (FELIPE, 1982; PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009).

Assim como aconteceu no “momento comercial” (status de Empório) de Mossoró, a fase agroindustrial dessa cidade também deixou “heranças” – rugosidades na forma urbana, capital e experiências acumuladas – que potencializaram o campo das possibilidades e permitiram que Mossoró redefinisse sua base econômica e suas funções urbanas, não perdendo o seu papel de destaque na região (FELIPE, 1982; ROCHA, 2009). Nesse contexto, é necessário destacar o papel de importância da elite local nesse processo, uma vez que, as mudanças na geografia de Mossoró e da região sempre foram manipuladas por esse grupo econômico, e mesmo quando as transformações nesse espaço urbano e regional emanavam de um poder longínquo, tais grupos eram responsáveis por sua operacionalização (FELIPE, 1982).

Sendo assim, a cidade de Mossoró foi mais que um lugar de troca (empório), de produção agroindustrial, ela se conformou como uma obra dos agentes históricos e sociais, que pela sua atuação, “[...] projetaram sobre um espaço sua visão de vida, suas ideologias, suas relações de classe [...]”; em outras palavras, a urbe mossoroense é o reflexo, a projeção de uma sociedade, “[...] em primeira instância a nível local, em segunda instância em níveis regional, nacional e internacional [...]” (FELIPE, 1980, p. 14-15). Sendo assim, percebe-se que o desenvolvimento de Mossoró como um espaço central na região está diretamente ligado as condições locais e a força dos agentes que atuam sobre esse espaço, que operacionalizam e potencializam as oportunidades diante dos cenários de crises, de dificuldade.

A crise das agroindústrias em Mossoró e a ascensão de uma nova fase econômica nessa cidade – a ser elucidada a seguir – foi (é) um exemplo expressivo da importância e do poder de atuação dos agentes econômicos (elite local) na dinâmica espacial e econômica dessa cidade.

4 O TERCIÁRIO E A REAFIRMAÇÃO DA CENTRALIDADE

A partir de 1970, com a crise das agroindústrias e a mecanização da salinicultura, a cidade de Mossoró começou a se reestruturar do ponto de vista econômico e espacial, deixando de ser um centro produtor e exportador de matérias-primas para se configurar como um **espaço prestador de serviço**, que passava a terceirizar suas atividades (FELIPE, 1982; ROCHA, 2009).

A prestação de serviços e a atividade comercial já existiam nos períodos anteriores da economia urbana de Mossoró, entretanto “[...] o seu conteúdo e suas funções estavam voltadas especificadamente para a manutenção da máquina de circulação e distribuição dos produtos de exportação [...]” (FELIPE, 1988, p. 17). É somente a partir da década citada que as atividades terciárias, comércio e serviços, voltaram-se para a sustentação da dinâmica econômica e espacial dessa cidade.

É importante frisar que a partir de 1970, com a substituição do modo de produção fordista pelo regime de acumulação flexível, ocorreram diversas alterações (escala mundial) nos padrões sociais, culturais, econômicos, trabalhistas, espaciais e ideológicos, isso porque foram criados novos moldes de produção, de consumo, nos padrões culturais.

O território brasileiro logo foi incorporado a essa nova divisão internacional do trabalho. Como consequência dessa integração, intensificou-se a urbanização no Brasil e a importância de algumas cidades; configurou-se um novo panorama urbano nesse país, “no qual, paralelamente,

há um fenômeno de metropolização e de desmetropolização [...], com o surgimento de vários centros urbanos de porte médio que ganham cada vez mais importância regional e nacional” (COUTO, 2010, p. 02). Tais transformações desencadearam mudanças no perfil dos serviços, tornando-os mais complexos e dinâmicos; fizeram com que a economia terciária assumisse um papel de destaque no processo geral de desenvolvimento urbano do Brasil (SANTOS, 1993).

Assim, partindo-se da perspectiva que cada lugar é produto de uma razão global e local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2006), pode-se ressaltar que a redefinição econômica de Mossoró (fim da década de 1960) se configurou com um reflexo das transformações ocorridas no sistema econômico e produtivo mundial ou na divisão social, territorial e internacional do trabalho.

Como mencionado anteriormente, Mossoró já possuía alguns equipamentos e serviços urbanos (heranças acumuladas da especialização econômica vigente entre as décadas de 1930 e 1970) de destaque no cenário regional, tais como, estabelecimentos bancários, originados para atender as relações comerciais do período agroindustrial, além de espaços educacionais e de saúde e uma atividade comercial já (re) consolidada (FELIPE, 1980). Essa estrutura de serviços e equipamentos urbanos, juntamente com as riquezas acumuladas durante a sua fase agroindustrial, habilitou Mossoró a ser um espaço prestador de serviço (ROCHA, 2009).

Frisa-se que as políticas públicas também se configuraram como elemento de destaque no processo de redefinição econômica de Mossoró, isso porque elas custearam as obras e a oferta de serviços que foram disponibilizados à população mossoroense (regional) (OLIVEIRA, 2014). O objetivo principal dessas políticas era amenizar as tensões desencadeadas pelo desemprego estrutural, resultado das mudanças no sistema produtivo, e reinserir a cidade de Mossoró nas dinâmicas econômicas e espaciais do momento (PINHEIRO, 2007).

A função de “vender” serviços e mercadorias foi consolidada facilmente em Mossoró por dois motivos principais: primeiro, pela influência histórica (empório e agroindustrial) dessa urbe sobre a região; segundo, pelo déficit de serviços e de comércio das cidades circunvizinhas a Mossoró, gerando uma relação de “dependência” terciária (FELIPE, 1980; 1982).

Outra ação importante no processo de redefinição econômica de Mossoró foi a sua inserção (em 1976) no Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano para Cidades de Porte Médio. Essa política urbana foi responsável pela composição de parte expressiva dos serviços estruturais recebidos nessa cidade; pela construção do terminal rodoviário, de alguns conjuntos habitacionais, além da ampliação de serviços bancários e assistências (OLIVEIRA, 2012, 2014).

Essa ação estatal gerou novos espaços de serviços, ampliou os existentes, revitalizou e deu “poder” à cidade de Mossoró, ampliando e criando um mercado de trabalho, tanto interno como externo (mobilidade na força de trabalho urbanorregional) (FELIPE, 1988). Nesse contexto, é importante frisar que os empregos criados através dos serviços presentes em Mossoró geraram a circulação monetária (capital) nessa cidade e criaram as condições ideais para a ampliação da atividade comercial (FELIPE, 1982; 1988).

Com uma estrutura terciária crescente, Mossoró reafirma sua condição de centro regional, atraindo pessoas da região que buscam os serviços e as formas comerciais oferecidos nessa cidade (OLIVEIRA, 2014). Em outras palavras, frisa-se que esse setor da economia surge como uma redefinição, uma especialização econômica necessária e vital para as cidades chamadas de centro regional, “[...] a ponto de ser essa atividade a força regionalizadora dos atuais ‘centros regionais’, no momento em que o centro prestador de serviços conjuga em torno de si outros espaços, outras cidade” (FELIPE, 1988, p. 16).

A partir da década de 1980, Mossoró assumiu “novos papéis” na Divisão Internacional do Trabalho, isso porque, além das atividades terciárias, essa cidade tornou-se exportadora de petróleo, centralizou a produção salineira e se inseriu na produção do agronegócio (fruticultura irrigada) (ELIAS; PEQUENO, 2010). Essas atividades “sustentam” até os dias atuais, a dinâmica econômica e urbana de Mossoró, complementam e fortalecem a atividade terciária dessa urbe e permitem que esse espaço se mantenha como um centro polarizador, como uma centralidade urbanorregional, isso porque, a partir da difusão dos circuitos espaciais (e produtivos) dessas atividades, Mossoró intensificou seu papel de pólo de atração e concentração populacional com característica marcante “[...] de uma diversificação tanto de serviços, quanto de produção de insumos, concentrando também maior fluxo monetário” (SANTOS, 2009, p. 105); mantendo-se, historicamente e espacialmente, um papel de evidência em âmbito regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate analítico realizado nesse trabalho evidencia que a centralidade urbanorregional de Mossoró é pretérita e variável ao longo de sua história. Contudo, essa visibilidade na região sempre foi estabelecida e mantida a partir de suas atividades econômicas. Inicialmente, foi à posição de Mossoró como Empório Comercial que a colocou em um patamar de destaque; entre as décadas de 1930 e 1970, as agroindústrias foram responsáveis por “reacender” a “luz” dessa

urbe na região; e a partir de 1970, o que vem reafirmando continuamente a centralidade regional de Mossoró são, principalmente, as suas atividades terciárias – o comércio e os serviços.

Sendo assim, pode-se dizer que a atual conjuntura econômica e espacial de Mossoró, e a sua inserção como cidade de destaque, ou centralidade na região, é um “reflexo” dos processos socioeconômicos que ocorreram nesse espaço; é resultado direto das alternâncias econômicas e produtivas que vem desenhando e modelando esse centro urbano ao longo de sua história.

A concentração e a heterogeneidade das atividades econômicas existentes em Mossoró a diferencia expressivamente das áreas adjacentes e a coloca em um “nível de superioridade” em relação às demais cidades que constituem a sua região de influência. Esse desequilíbrio funcional é responsável por gerar fluxos contínuos entre esses espaços, de modo que, Mossoró comporta-se como um ponto de confluência desses movimentos, em outros termos, como uma centralidade.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: UFRN, 1981.

BECKER, B. K; EGLER, C. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista de Geografia da USP**. São Paulo: 1982.

CASCUDO, L. C. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4. ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 2001.

CHRISTALLER, W. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul**. Tradução de Mário Antonio Eufrásio. São Paulo: [s.n.], 1981.

COUTO, E. M. J. Evolução do comércio e dos serviços em Mossoró (RN). In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre: Agb, 2010. p. 1 - 11.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E; ELIAS, D; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FELIPE, J. L. A.. **Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.

_____. **Mossoró: um espaço em questão**. 1980. Mossoró (RN): Coleção Mossoroense, 1980.

_____. **Organização do espaço urbano de Mossoró.** Fundação Guimarães Duque: Coleção Mossoroense, série C, vol.CCXXXVI, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007 (Regic).** Rio de Janeiro: 2008.

MORAES, A. C. R.; COSTAS, W. M. da. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, J. P. **Mossoró:** espaço urbano e questões habitacionais: Análises sobre a dinâmica urbana mossoroense e a inserção da questão habitacional. Mossoró-RN: UERN, 2014.

_____. Reflexões a respeito da evolução histórica da centralidade regional de Mossoró-rn e suas influências no espaço da cidade. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p.73-86, 2012.

PINHEIRO, K. L. C. B. **Processo de urbanização da cidade de Mossoró:** histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1772 até os dias atuais. Natal: CEFET-RN, 2007.

ROCHA, A. P. B. **Expansão urbana de Mossoró:** período de 1980 a 2004. Natal: UFRN, 2009.

SANTOS, C. D. dos. A cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte: processo de formação e produção do espaço urbano. **Mercator**, [s.l.], v. 8, n. 17, p.97-108, 31 dez. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Por uma geografia nova.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012b.